

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

(Do Sr. Zenaldo Coutinho)

Altera o art. 219, §5.º, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de vedar ao juiz o reconhecimento de ofício da prescrição quando se tratar de direito patrimonial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 219, §5.º, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a fim de vedar ao juiz o reconhecimento de ofício da prescrição quando se tratar de direito disponível.

Art. 2.º O art. 219, §5.º, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 219.

.....

§5.º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição, exceto quando se tratar de direito disponível.

.....” (NR)

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo vedar ao juiz que pronuncie, de ofício, a prescrição quando se tratar de direito patrimonial.

O art. 219, 5.º, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe havia sido dada pela Lei n.º 5.925, de 1.º de outubro de 1973, determinava que, *“não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá, de ofício, conhecer da prescrição e decretá-la de imediato”*.

Contudo, sobreveio a edição da Lei n.º 11.280, de 2006, que, além de revogar o art. 194 do Código Civil, modificou a redação do aludido dispositivo legal, a fim de estabelecer que *“o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição”*.

Há de se ter que a modificação do art. 219, §5.º, do CPC pela Lei n.º 11.280, na tentativa de acabar com as pilhas e pilhas de processos entulhados nas estantes dos juízos e tribunais, terminou por modificar um dos mais antigos institutos do direito civil.

Não somente o direito pátrio, mas praticamente todos os ordenamentos jurídicos vedam, categoricamente, o reconhecimento de ofício da prescrição. Como exemplo, mencione-se o art. 2.938 do Código Civil italiano, o art. 2.223 do Código Civil francês, o art. 142 do Código de Obrigações suíço, o art. 3.964 do Código Civil argentino e o art. 303 do Código Civil português.

Tenha-se que a prescrição é um instituto jurídico de ordem pública, cujos efeitos reverberam na esfera privada das partes, eis que extingue ações que tutelam direitos privados.

Apesar do caráter de ordem pública, a lei permite que aquele a quem a prescrição aproveita a renuncie. Com essa possibilidade, coloca a prescrição como um benefício a favor do prescribente, do qual ele pode abrir mão.

Assim sendo, diante da possibilidade de renúncia da prescrição, afigura-se incompatível com a liberdade da parte em renunciá-la o poder conferido ao juiz de a pronunciar, de ofício, contra a vontade do beneficiário.

Diga-se, ainda, que, da forma em que delineada, a declaração de ofício da prescrição é inconstitucional, eis que viola o princípio constitucional do contraditório ao retirar da parte o direito de prévia manifestação antes de pronunciá-la, mormente considerando o direito que tem à renúncia do benefício.

Portanto, esta proposição tem por escopo devolver ao art. 219, §5.º, do Código de Processo Civil, a lógica anterior, para assim permitir que o juiz pronuncie, de ofício, a prescrição, exceto quando se referir a direito patrimonial. Utilizo, todavia o termo direito disponível para resguardar, quando for o caso, o direito dos incapazes, porquanto tratar-se de direito indisponível ao titular.

Certo de que meus nobres pares reconhecerão a relevância, conveniência e oportunidade da medida que se pretende implementar, conclamo-os a apoiar a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado ZENALDO COUTINHO

2009_3415